



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00000428/2024-94

Assunto: Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº 44299241235

SECRETARIA: Secretaria Gestão e Governo Digital

UNIDADE: Departamento de Trânsito

EMENTA: Pedido de lista com o histórico da destinação dos veículos apreendidos pela Polícia Militar, considerando apreensões realizadas na capital e pátios localizados na região da grande São Paulo, classificados de mês a mês e destacando o número de apreensões por pátio em cada mês, no período de janeiro de 2012 a janeiro de 2024. Documento inexistente. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00046/2024

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Departamento de Trânsito - DETRAN, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão forneceu uma tabela contendo as apreensões discriminadas, mês à mês, no período de janeiro de 2012 à março de 2024. Insatisfeito com a resposta ofertada e com a ausência de resposta em 1ª instância recursal, o interessado interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 20, do Decreto nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023, argumentando que o órgão só disponibilizou uma tabela com o número de apreensões realizadas sem mencionar o histórico da destinação dos veículos apreendidos pela Polícia Militar de São Paulo solicitado no pedido inicial.
3. Instado a se manifestar o órgão informou que não possui o histórico da destinação dos veículos apreendidos e sugeriu que o pedido seja encaminhado à Polícia Militar:
4. *"Informamos que, não possuímos acesso aos dados solicitados. Considerando que, as apreensões de veículos são realizadas pela Polícia Militar, sugiro que o questionamento seja encaminhado para o comando da Polícia Militar."*
5. Inicialmente, vale destacar que, embora a Lei de Acesso à Informação estabeleça que não sendo possível conceder o acesso imediato o órgão poderá indicar o órgão ou entidade que detém a informação ou remeter o requerimento ao órgão ou entidade competente, o sistema SIC.SP possui uma ferramenta de redirecionamento para que o pedido seja encaminhado automaticamente, em até 5 (cinco) dias do recebimento, ao órgão/entidade de destino com o objetivo de assegurar o cumprimento do prazo legal de resposta e não repassar o ônus de efetuar um novo pedido ao solicitante.
6. Em análise do caso concreto verifica-se que o órgão não utilizou a aludida funcionalidade do sistema, mas atendeu ao pedido de acesso à informação declarando que não possui a informação e indicando o órgão que a detém, conforme estabelece o inciso III, do § 1º, do artigo 11 da Lei federal

nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e o inciso III, do artigo 14, do Decreto nº 68.155/2023.

7. Nesse sentido cumpre esclarecer que o direito de acesso à informação não estabelece a prerrogativa do interessado de requerer a produção de toda e qualquer informação, uma vez que a LAI autoriza a Administração Pública a comunicar que não possui a informação, caso ela não exista.
8. O atendimento a um pedido de acesso à informação pressupõe que a informação exista, assim a declaração de inexistência da informação é considerada resposta satisfatória para fins de Lei de Acesso à Informação, sendo oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme precedentes desta Controladoria Geral do Estado, a exemplo das Decisões CGECODUSP/LAI 309/2022 e CGE-CODUSP/LAI 007/2023, entendimento também consolidado no plano federal pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, como pode ser observado no disposto na Súmula CMRI nº 6/2015:
9. ***"INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO:** A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho."*
10. Assim, considerando que o órgão comunicou a inexistência da informação solicitada, **não conheço do recurso**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/ 2011 e no artigo 14, III, do Decreto 68.155/2023, estando ausente o pressuposto recursal da negativa de acesso previsto no artigo 20 do aludido Decreto.
11. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão se - SIC, dando--se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 18 de março de 2024.

Valmir Gomes Dias

Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 18/03/2024, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0022255597** e o código CRC **61E9B61D**.